
IMPrensa PERIÓDICA E A CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

doi: 10.4025/imagenseduc.v3i1.19439

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi *
 Maria Isabel Moura Nascimento**

* Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. acemari@gmail.com

** Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. misabel@lexxa.com.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a relação entre imprensa pedagógica e educação no início do século XX. Para tanto, enfatiza o papel de destaque dado à educação, tendo como base excertos da revista “A Escola”, do Grêmio de Professores Públicos do Estado do Paraná. Nessa Revista é possível inferir a disseminação do liberalismo na educação e como, efetivamente, encontrava-se presente no projeto para o magistério, via impresso pedagógico. Aborda, primeiramente, o papel desempenhado pela imprensa pedagógica; em seguida, faz uma reflexão sobre a centralidade da educação após a proclamação da república.

Palavras-chave: Liberalismo. Educação. Imprensa pedagógica.

Abstract. Pedagogical press and the education centrality in the early twentieth century. The present paper has the aim of discussing about the relationship between pedagogical press and education in the early twentieth century. Therefore, we are going to emphasize the central role detached for education based on sections from the journal “The School”, by the Public Teacher’s Guild of Paraná State, where we are able to infer the liberalism dissemination in education, as well as how it has been effectively presented in a project for mastership, as a pedagogical press. We are going to firstly access about the role played by pedagogical press, and after we are going to discuss about the education centrality after Republican proclamation.

Keywords: Liberalism. Education. Pedagogical Press.

Introdução

Na sociedade capitalista, a educação é um dos aparelhos para transmitir valores que legitimam a ordem, induzindo, por meio do processo de interiorização, a aceitação passiva e consensual, pois a “[...] a educação é o processo mediante a qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência” (PONCE, 2001, p. 169). Para tanto, utiliza-se de várias formas.

Além do ambiente escolar, com a República, essa legitimação se ampliou, uma vez que “[...] a República, como ordem educadora, buscará diferentes níveis de legitimação entre os quais também o ritual pedagógico dos “universos simbólicos” (CURY, 2001, p. 310), direcionando

para um instrumento de rápido acesso, imediato e de credibilidade, que expresse ideologicamente valores e, concomitantemente, mantenha o *status quo*. Desse processo, destacamos a imprensa pedagógica, que atinge o trabalho do professor.

Fundamentado no exposto, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre a relação entre imprensa pedagógica e educação no início do século XX. Para tanto, enfatiza o papel de destaque dado à educação, tendo como base excertos da revista *A Escola*. Nesse periódico é possível inferir a disseminação do liberalismo na educação e como, efetivamente, estava presente no projeto para o magistério, via impresso pedagógico.

A revista *A Escola* era um periódico impresso pelo Grêmio dos Professores Públicos do Paraná, publicado em Curitiba-PR, no período de 1906 a 1910, constituindo-se em um

veículo de expressão dos interesses da elite paranaense para a educação. Composta por um grupo de intelectuais e professores da escola pública paranaense, contava também com a colaboração de educadores de outras cidades e alunos do *Gymnasio Paranaense* e *Escola Normal*.

Neste trabalho será tratado, primeiramente, o papel desempenhado pela imprensa pedagógica; em seguida, serão apresentadas reflexões sobre a centralidade da educação após a proclamação da república.

Imprensa pedagógica

A imprensa cotidiana e o telegrama, que num piscar de olhos difundem as notícias em todo o mundo, fabricam num dia mais mitos (nos quais reles burguês acredita e que espalha com zelo) do que antigamente se podia produzir num século (MARX, 1978, p. 21 NR).

A imprensa, seja jornal de caráter leigo ou revista de cunho especificamente educacional, deve ser analisada como um meio de comunicação social vinculado a um contexto, sendo assim, formadora de opinião e veículo de atuação.

Numa sociedade com uma educação precária como a brasileira, pode-se dizer também que a imprensa possui ação educativa, principalmente no final do século XIX e início do século XX, tanto por essa forma de comunicação tornar-se mais efetiva e com maior liberdade, quanto por não haver um sistema efetivo de escolarização, tendo em vista que o primeiro grupo escolar foi criado em 1892, em São Paulo e no Paraná, seguindo o mesmo modelo, somente em 1903, em Curitiba (SAVIANI, 2007, p. 174). Muito embora possamos afirmar que a taxa de alfabetizados era inócua, e a grande maioria não desfrutava da leitura do material impresso, a cultura oral dava a possibilidade de disseminação das ideias contidas nos periódicos, com uma força de efetiva legitimação. Os jornais e revistas eram escritos com a função de dominação de uma ideologia para uma elite letrada que se reunia em torno de algo em comum, porém, como toda ideologia, essa chegava tangencialmente às mentes sob outras formas, seja por símbolos ou oralmente, pois o cidadão republicano disfrutava do direito de igualdade ao acesso a todas as informações.

A imprensa tem uma ligação íntima com o capitalismo, sendo considerada como a própria história do capitalismo (SODRÉ, 1999, p. 01). Essa associação também pode ser relacionada ao processo de urbanização, da estruturação da vida “moderna” e do novo homem para a nova ordem, haja vista que “O processo de construção da nação brasileira deve muito aos jornais, folhas e revistas que participaram ativamente da luta pela adoção de um estatuto de modernidade” (PERIOTTO, 2010, p. 254), seja para impulsionar o sistema econômico, seja para sustentá-lo. Instrumento perspicaz de disseminação ideológica, a imprensa acompanhou a ordem capitalista na liberdade de informar e atingir um contingente cada vez maior de leitores – e nesse caso a escolarização foi preponderante – e, ao mesmo tempo, cercar as opiniões ao uniformizá-las.

Daí procede a importância dessa fonte como pesquisa, desde as iniciativas específicas da área educacional até a grande imprensa. Todavia, é mister compreendê-la para além da sua aparência e não “[...] tomar aparência como evidência, a de dar conta da natureza dialeticamente contraditória da própria aparência” (RIBEIRO, 2004, p. 91). Esse tato pressupõe o rigor científico na sua análise, principalmente ao diferenciar os estatutos no interior da própria imprensa, como, por exemplo, nas peculiaridades do jornal e da revista, aquele de cunho factual, tendo como característica estrutural o *lead*¹; e esta com a finalidade de dar ao leitor “[...] uma noção mais ou menos acabada” (ARAÚJO, 2002, p. 99), expondo informações mais detalhadas, o que possibilita verificar a ideologia *in loco*. Outra característica é a relação entre durabilidade e efemeridade, pois as revistas são organizadas para um tempo maior de veiculação, enquanto o tempo do jornal é curto e rápido. Todavia, ambos são suportes que intermedeiam a relação entre os organizadores e a coletividade: manipulam interesses, forjando uma forma de ver, atuando e orientando a vida social. As revistas de cunho pedagógico, por exemplo, são

¹ *Lead* - O *lead* (ou, na forma aportuguesada, *lide*) é, em jornalismo, a primeira parte de uma notícia, geralmente posta em destaque relativo, que fornece ao leitor a informação básica sobre o tema e pretende prender-lhe o interesse. É uma expressão inglesa que significa “guia” ou “o que vem à frente” (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lead>).

uma forma de disseminação ideológica, que “[...] se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período” (CARVALHO; ARAÚJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 72), com a finalidade de formação docente, privilegiando e ao mesmo tempo legitimando uma ideologia.

Determinada em última instância pelo modo de produção (LOMBARDI, 2010), a educação veiculada nesses impressos expressa o contexto histórico de forma imediata, bem como os interesses subjacentes. As reflexões pedagógicas que os compõem aproximam-se dos acontecimentos como qualquer outra forma de imprensa. Isso pode ser verificado nos temas debatidos e na ressonância desses temas no contexto social, fato que possibilita vislumbrar os interesses e as influências registradas em suas folhas, expressões de fatores políticos, sociais e econômicos. Assim

O interesse em se estudar periódicos para a realização de análises históricas reside na possibilidade da leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Desta maneira, realizamos uma aproximação do momento de estudo não pela fala de historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época (VIDAL; CAMARGO, 1992, p. 408).

As primeiras iniciativas de impressos pedagógicos podem ser verificadas no Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881, no item *Periódicos litterários, científicos, religiosos e maçônicos - 1881* (BRASIL, 1981, p. 420-451). Nas condições e limitações que esse catálogo impresso pode fornecer até a data de 1881, destacam-se como imprensa de cunho pedagógico as primeiras iniciativas seguintes: *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto*, de 1832-1834, o mais antigo apontado pelo catálogo e o jornal pedagógico editado por professores *Echo do Professorado*, dirigido pelo professor F. Xavier de Assis, Pindamonhangaba, 1873. Em relação às revistas pedagógicas havia, entre outras: *A Instrução Pública*, Rio de Janeiro, 1872-1875, a qual pode ser considerada a primeira publicação destinada à formação do magistério; a *Instrução Nacional, Revista de pedagogia, ciências e letras*, colaborado por professores e literatos, Rio de Janeiro, 1874; e *A Escola, Revista Brasileira de Educação e Ensino*, elaborada por vários professores e literatos, no Rio de Janeiro, 1877-1878. Observa-se que a

utilização desse material não é algo contemporâneo, o que nos possibilita interpretá-lo como um instrumento muito eficaz para a veiculação ideológica. “Sobremaneira, possibilitam investigações acerca dos projetos educacionais do período de pesquisa, bem como do pensamento educacional vigente (ZANLORENZI, 2010, p. 66).

A imprensa educacional teve um papel fundamental na formação de opiniões, expressando os projetos político-ideológicos e, assim, procurando sedimentar tais modelos na sociedade, de modo a transformar seus interesses em interesses gerais.

Analisar essa forma de imprensa oferece a possibilidade de análise os reflexos da organização da sociedade na educação, pois era imprescindível um instrumento de formação que, de forma sutil, chegasse mais rápido aos bancos escolares utilizando a mesma linguagem daqueles que iriam formar os futuros trabalhadores, com vistas à conformação e à situação social como algo natural.

A impressão dos periódicos pedagógicos teve mais ênfase no início do século XX, em virtude da centralidade dada à educação na formação do novo homem republicano. É nesse período que surge a Revista *A Escola*², “[...] órgão do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná” (*A ESCOLA*, 1906, n. 1, p. 1), publicada com a colaboração de educadores de outras cidades e alunos do Gymnasio Paranaense e Escola Normal. Destinada aos professores e expressão de um grupo restrito de professores³, “[...] uma parcela da elite letrada local, que se propunha encaminhar a população brasileira ao progresso e ao desenvolvimento moral, intelectual e econômico” (MARACH, 2007, p. 13), inicia sua impressão em 1906, tendo

² **A ESCOLA**: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado, 1906-1910. Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual. A Revista é utilizada como fonte primária. Para tanto, foram selecionadas publicações envolvendo aspectos da educação e sua relação com as ideias liberais. Não pretendemos fazer a análise da revista na proposta de “ciclo de vida” da revista como propõe CATANI (2003), LEHER (2002). Para saber mais sobre esse periódico ver Marach (2007).

³ Os colaboradores eram: Sebastião Paraná Sottomaior, Dario Persiano de Castro Velloso, Ermelino Agostinho de Leão, João Evangelista Braga, Francisco Ribeiro Azevedo Macedo, Lourenço Souza, Claudino Rogoberto dos Santos, Euzébio Silveira Motta. Como autores destacam-se: Rocha Pombo, Ruy Barbosa, Francisco Ferrer, Victor do Amaral, Lysimaco Ferreira da Costa, Elvira Paraná, entre outros.

o término em 1910. Conta com artigos de opinião de diversos autores, sessões com explicações de língua portuguesa, língua estrangeira (francês), matemática, poesias, cartas, notícias relacionadas à educação paranaense e do país e relatórios de professores realizados em “[...] conformidade com o que preceitua o artigo n. 62, n. 11, do Regulamento de Instrução Pública do Paraná” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 17)⁴, expediente oficial com decretos do governo e, no final, uma seção permanente, incluindo uma descrição com os nomes dos professores e localidades das cadeiras promíscuas e suburbanas das escolas públicas da capital e dos estabelecimentos de ensino particulares, dos responsáveis pela instrução pública do estado e da diretoria do Grêmio.

Desde o Império, os professores procuravam organizar-se em Grêmios, como representação dos seus próprios interesses, expressando aspectos da instrução da época (NORONHA, 2009, p. 175), porém o fato de esses profissionais paranaenses se unirem dessa forma não quer dizer que eles tinham uma consciência de classe marcada pelo compromisso social. Usavam a imprensa como instrumento para propagar seus ideais pedagógicos, porém não tinham interesse em usufruir desse espaço impresso para propagandear ou enaltecer uma causa relacionada à classe. Pelo contrário, seus interesses eram, além de informar, difundir valores, doutrinar e instruir sobre assuntos relativos aos aspectos pedagógicos, legitimando, com base em temáticas educacionais, a ideologia liberal⁵ “em pró do progredimento da instrução pública no nosso futuro Estado” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1), e perpetuar o domínio, pela formação de profissionais, a “classe que a dirige, em labuta quotidiana e profícua” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1).

Embora a revista tivesse dois momentos distintos em sua circulação, não há uma

preocupação pela causa da classe. O primeiro momento, com a busca financeira, concretizada em 1907, quando “o Dr. Candido, digno presidente do Estado destinou subsídios para o auxílio à publicação de ‘A Escola’” (A ESCOLA, 1907, n. 8-9, p. 143); o segundo, com a deposição, em 1908, de João Cândido do cargo de governador, por Francisco Xavier, a partir do qual a revista não teve mais o auxílio financeiro do governo, levando-a a ter um teor mais opositor, conforme nota-se no número 1, p. 4: “a Diretoria do Grêmio de Professores resolveu prosseguir a publicação de A Escola, mesmo sem a subvenção do Estado”.

Considerada como revista pedagógica, seu objetivo era a formação do professor. Destinava-se a “[...] despertar os ânimos, a discutir e vulgarizar os bons ensinamentos da sociologia” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 2) num esforço para que “[...] os ensinamentos pedagogicos se difundam pela coletividade, orientando os velhos mestres e provocando as vocações latentes de mestres novos que hão de vir” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 11).

Não obstante esse periódico educacional ser de cunho regional, não podemos rejeitar as relações existentes entre o macro e o micro, o que manifesta a totalidade, outrossim, “No corpo da sociedade todas as relações coexistem simultaneamente e se sustentam umas às outras” (MARX, 2004, p. 95). A revista, destinada a um público específico e letrado, o que pressupõe uma seleção, cumpre a função de disseminação de um ideal educacional num período em que a educação assumiria o papel de preparar o homem para a sociedade capitalista de maneira a torná-lo produtivo, consciente de seus deveres e da aceitação de sua condição de cidadão, com direito ao voto, desde que fosse alfabetizado. É sob essa centralidade que a educação será pensada e organizada, no início do século XX.

A revista *A Escola* e a centralidade na educação

A revista *A Escola* possibilita verificar como e quanto, no início do século XX, após a proclamação da república no Brasil, a educação foi utilizada como instrumento da ideologia liberal transferindo a essa os anseios de uma sociedade brasileira que chegava “[...] à altura das mais progressivas civilizações do Século” (NAGLE, 1979, p. 100), já que o entrelaçamento entre a luz do saber e a cidadania culminaria,

⁴ O Regulamento de Instrução Pública do Paraná, de 11 de março de 1901, determina no título IV, Capítulo I, inciso 11, que os professores devem “dirigir ao director geral, por intermédio dos inspectores escolares, no final de cada anno, um relatório sobre o estado de suas escolas e adiantamento de seus alumnos, acompanhado de um mappa em que figurem todos elles, com as declarações respectivas de cada um” (PARANÁ, 1901, p. 101).

⁵ Em virtude que pretendemos defender que a revista de cunho regional foi um dos instrumentos para a veiculação da ideologia liberal, é mister salientar que esse movimento não se resume aos educadores a frente da revista, mas sim reflexo de um processo maior.

para os republicanos, no progresso. Esse ideário é articulado com o “[...] intuito de mostrar que o país entrara definitivamente na era do progresso. Tinha como meta equiparar o Brasil ao ‘Primeiro Mundo’” (CAPELATO, 1988, p. 46).

A legitimação desse ideário pode ser observada via periódicos educacionais, pois nesse modelo de imprensa são expressas as ideias, as concepções pedagógicas, os métodos e o que era relevante para a época em relação ao ideário educacional e sua ressonância nos mais variados espaços. Desvendar esse ideário, via revistas educacionais, constitui-se uma forma de refletir sobre o liberalismo como “[...] expressão historicamente necessária do modo de produção capitalista” (WARDE, 1984, p. 26) e as formas como foi se assumindo ao longo dos tempos, conforme a estruturação do capitalismo nas diferentes formações sociais. Vale lembrar que nessa época era necessário outro modelo de ensino, diferente das aulas régias, e, conseqüentemente, uma política educacional em consonância com a nova ordem, para nacionalizar o povo com um processo que legitimasse a visão de que essa seria a ideal e levaria o país ao desenvolvimento.

A escola apresentava-se com excelente vantagem para a divulgação dessa ideia, cabendo-lhe ensinar todas as crianças a se tornarem cidadãs crentes na nova ordem, sem que nenhuma propaganda ao contrário pudesse abalar os procedimentos de aprendizagem na sala de aula (NASCIMENTO, 2008, p. 101).

Para tanto, colocar a educação no centro do processo de formação desse novo sujeito da ordem republicana era centralizar a formação do homem para a sociedade que formava nas teias do capitalismo em virtude de que a “[...] ignorância e República são idéas que se repellem” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1).

A revista *A Escola* não foge dessa regra, o que podemos averiguar nos excertos que compõem esse periódico, no qual a educação é vista como a “[...] chave para a solução para os problemas” (A ESCOLA, 1907, n. 6, p. 68), ou seja, a educação seria a panaceia para os problemas que se instauravam na sociedade brasileira nos primeiros anos do século XX, pois “Hoje o valor das nações é representado pela expansão intelectual de seus filhos, pelo fulgor de suas escolas, pela alteza, pelos

princípios são e altruistas consignados na magna carta” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1).

A educação foi chamada a cumprir o papel essencial de regeneração e de formação desse novo homem: trabalhador livre e com direito de ter direitos, uma vez que “Pedagógico, e não ethonológico, é, pois o problema” (A ESCOLA, 1907, n. 1, p. 1).

O que estava por trás desse interesse e centralidade⁶ na escola era a necessidade de “moldar” o novo cidadão com uma visão burguesa de trabalho, o assalariado, camuflando a desigualdade proporcionada pelo capitalismo. A Revista exerceria, ainda, o papel de instrumento de controle social, alavanca essencial para a manutenção da ordem. Cambi (1999) denomina essa centralidade de “mito da educação”, fato existente “[...] já no século XVIII, como no século XIX e assim até um pouco além dos anos 1950/1960 do século XX” (CAMBI, 1999, p. 326). Podemos, então, inferir que a educação efetivamente foi o canal mais preciso para a formação do trabalhador livre e assalariado, mediante a disseminação do liberalismo e manutenção das relações de exploração na aparente ideia de progresso. Como divulgara a própria revista: “Precizamos de ENSINO NACIONAL que faça brasileiros, que faça cidadãos, que faça homens” (A ESCOLA, 1907, n. 1, p. 48).

Nesse desiderato, a escola seria o local ideal, dado a sua abrangência, para a divulgação da ciência e legitimação do processo, ou melhor, o meio mais expressivo para disseminar a ideologia liberal via discurso de igualdade e liberdade. Conforme os ideais liberais da sociedade, a instrução escolar seria o caminho para o progresso, sendo preciso assim atingir o maior contingente possível da população, tendo como tarefa alfabetizar para integrar o povo à política, moralizar o povo e higienizar espaços sociais (NORONHA, 2009, p. 171).

Foi nesse terreno fértil, ávido por ideias modernas que apagassem os resquícios de uma sociedade atrasada, que a educação ocupa local central, pois “No regimem republicano o problema da instrução se impõe e reclama prompta solução” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 1),

⁶ Boto (1996) afirma que essa centralidade é uma herança do iluminismo, ou seja, o pensamento contemporâneo como tributário das Luzes, no qual a educação lançaria as luzes do conhecimento e assim haveria um abandono das superstições.

disseminando-se que essa seria uma das chaves para o progresso. Nesse sentido, a escola, principalmente a primária, é utilizada como veículo de reprodução dos objetivos maiores da nação e como transmissora da mensagem patriótica a todos os cidadãos (TRINDADE, 1996, p. 87).

Campanhas para a difusão da escola primária, tendo como base a nacionalidade, foram efetivadas, visto que “[...] é base senão primordial, pelo menos fonte secundária onde o povo vai haurir a longos sorvos as luzes que aclaram o espírito se seus filhos” (A ESCOLA, 1906, n. 1, p. 6), fato que pode ser averiguado na propaganda e na implantação da nova organização escolar: os grupos escolares, exemplo mais expressivo do pensamento homogeneizador da época, fundamentado “[...] em bases seguras, rectas, inflexíveis, unificando-o em toda a República” (A ESCOLA, 1907, n. 4, p. 3).

Esse movimento em prol da escolarização, fruto da luta de classes, caracteriza-se pela relação entre avanço e retrocesso. A educação assume as características do processo histórico e, nesse caso, sob o modo de produção capitalista, pelo fato de a divisão de classe ser o cerne desse processo, era preciso voltar-se a certos aspectos que atendessem aos anseios da classe trabalhadora dando-lhe a oportunidade “igual” de acesso à luz do saber. Em contrapartida, era necessário manter a divisão de classe, camuflando-se na ideia de democracia por meio do direito à escolarização livre, laica e gratuita, mais como concessão do que direito. A classificação igualitária dos alunos em um mesmo espaço e no mesmo tempo, “[...] constituiu-se numa das grandes revoluções na organização do ensino primário, sendo considerada a essência da escola graduada” (SOUZA, 1998, p. 33).

Observa-se quanto importante foi a imprensa, tanto a pedagógica quanto leiga, como mediadora para o processo de disseminação da ideologia liberal e um eficaz método de propagação de pensamentos e dos grandes debates presentes naquele contexto.

Considerações finais

Educação e imprensa são utilizadas de forma efetiva e primordial na sociedade capitalista. A primeira ocupa lugar central, tanto como via de reprodução de ideais, como via de

emancipação; a imprensa ocupa lugar como reflexo da própria história das relações produzidas pela sociedade capitalista.

A valorização desses dois instrumentos, estrategicamente utilizados para a perpetuação hegemônica, pode ser verificada de forma preponderante no início do século XX, dado o objetivo de disseminação do ideal liberal. Tal fato pode ser averiguado de forma bem pontual nas publicações da revista *A Escola*, que ao se propor como veículo de formação docente, proporcionava a homogeneização do trabalho docente, tendo como base os ideais liberais de liberdade, igualdade e individualidade.

É nessa relação entre educação, imprensa e ideologia liberal que os periódicos pedagógicos, com o intuito de formação docente, cumpriram o papel de veículo de reprodução e manutenção ideológica, o que pode ser observado no destaque dado aos temas e na ressonância das opiniões expressas.

Referências

- A ESCOLA:** Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado, 1906-1910. Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual.
- ARAÚJO, J. C. S. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista “A Escola” (1920-1921). In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- BOTO, C. **A escola do homem novo:** entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: UNESP, 1996.
- BRASIL. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. **Catálogo da exposição de história do Brasil.** Tomo I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CAMBI, F. **História da Pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.
- CAPELATO, M. H. R. **A imprensa e história do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1988.

- CARVALHO, C. H.; ARAÚJO, J. C. S.; GONÇALVES NETO, W. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, J. C.S.; GATTI JR, D. (Org). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- CATANI, D. B. **Educadores à meia-luz**: um estudo sobre a Revista Ensino da Associação Beneficente do professorado Público de São Paulo (1902-1918). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CURY, C. R. J. **Cidadania republicana e educação**: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEHER, E. M. T. **A "Revista Brasileira" e os debates sobre ciência, língua, literatura e educação**. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- LOMBARDI, J. C. Educação e ensino em Marx. **Revista Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, v. 2, n. 2, p. 20-42, 2010.
- MARACH, C. B. **Inquietações modernas**: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910). Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos** – terceiro manuscrito. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004.
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/MEC; Edusp, 1974.
- NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.
- NORONHA, O. M. **Educação e trabalho no contexto histórico da formação da Primeira República no Brasil (1889-1930)**. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 2009.
- PARANÁ. **Regulamento de Instrução Pública do Estado do Paraná**, de 11 março de 1901. Arquivo Público do Paraná.
- PERIOTTO, M. Educar para o bom governo: a reforma moral dos homens públicos no *Jornal de Timon*. In: MIZUTA, C. M. M.; FARIA, L. M. F.; PERIOTTO, M. (Org.) **Império em debate**: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010.
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2001.
- RIBEIRO, M. L. História das políticas educacionais: a questão das fontes. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- SOUZA, R. F. **Templos de civilização**. A implantação da escola primária-graduada no estado de SP: 1890-1910. São Paulo: UNESP, 1998.
- TRINDADE, E. M. C. **Clotildes e Marias**: mulheres de Curitiba na primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.
- VIDAL, D; CAMARGO, M. J. G. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 73, n. 175, p. 407-430, 1992.
- WARDE, M. J. **Liberalismo e educação**. Tese (Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

ZANLORENZI, C. M. P. História da educação, fontes e a imprensa. **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, n. 40, p. 60-71, 2010.

Recebido em: 13/12/2012

Aceito em: 17/01/2013